

SUMÁRIO

Capítulo 1 INTRODUÇÃO AO DIREITO EMPRESARIAL		
I. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO EMPRESARIAL	23	
1. Introdução.....	23	
2. Egito e Mesopotâmia	24	
3. Grécia e Roma	24	
4. A queda do Império Romano e a Idade Média	26	
5. Evolução histórica – do direito comercial AO direito empresarial.....	27	
5.1. Primeira fase (subjativa) – o direito do comerciante.....	27	
5.2. Segunda fase (objetiva) – o direito do ato de comércio.....	30	
5.3. Terceira fase – A teoria da empresa	32	
5.4. A evolução do direito empresarial no Brasil.....	35	
II. FONTES DO DIREITO EMPRESARIAL	38	
III. PRINCÍPIOS DO DIREITO EMPRESARIAL	40	
1. Introdução.....	40	
2. Princípio da livre iniciativa	44	
2.1. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica	47	
3. Princípio da livre concorrência	49	
4. Princípios da propriedade privada e da função social da propriedade.....	51	
5. Função social da empresa: da Constituição à Lei Anticorrupção	53	
6. Função social da empresa: a Lei da Recuperação de Empresas e da Falência	55	
IV. O EMPRESÁRIO	56	
1. Introdução.....	56	
2. O empresário individual	58	
3. Incapacidade e impedimentos para a atividade empresarial.....	59	
3.1. Incapacidade	60	
3.2. Exercício da empresa pelo incapaz	61	
3.3. Impedimentos	63	
4. O Microempreendedor Individual (MEI).....	66	
V. REGISTRO EMPRESARIAL.....	66	
1. Introdução.....	66	
2. Características	67	
3. Organização administrativa	69	
4. Objeto do registro das sociedades empresárias.....	72	
4.1. Matrícula	73	
4.1.1. Registro dos corretores..	73	
4.2. Arquivamento	74	
4.3. Autenticação	84	
5. Registros complementares.....	85	
5.1. Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ	85	
5.2. Conselhos Profissionais.....	85	
VI. NOME EMPRESARIAL.....	86	
1. Introdução.....	86	
2. Firma individual ou social.....	87	
3. Denominação	88	
4. Princípios aplicáveis ao nome empresarial	89	
5. Nome empresarial e tipos de sociedades.....	90	

6. Registro do nome e seus efeitos	93
7. Nomes não registráveis	96
8. Cancelamento e extinção do registro do nome empresarial	97

VII. ESTABELECIMENTO E SEU REGIME JURÍDICO

1. Introdução	98
2. Caracterização e qualificação jurídica ..	98
2.1. Estabelecimento rural	101
2.2. Estabelecimento virtual	101
2.3. Os centros comerciais (<i>shopping centers</i>)	101
3. Elementos do estabelecimento	102
3.1. Sinais distintivos	103
3.2. A proteção judicial do ponto, na locação comercial	106
4. Estabelecimento e concorrência	107
5. Pluralidade de estabelecimentos	108
6. O estabelecimento como objeto de direitos e contratos, em geral	110
6.1. Alienação do estabelecimento ...	110
6.2. Arrendamento e outros negócios jurídicos	112

VIII. REGIME JURÍDICO DA CONTABILIDADE EMPRESARIAL

1. Introdução	113
2. A obrigatoriedade dos registros contábeis	113
3. Livros obrigatórios	115
4. Formalidades dos livros e dos registros contábeis	116
5. Sanções pela falta ou incorreção da escrituração	116
6. O sigilo dos registros contábeis e suas exceções	117
7. A exibição integral dos livros e documentos contábeis	119
7.1. Fora do processo judicial	119
7.2. Judicialmente	119
8. Exibição parcial	120
9. Regras de prova, no processo judicial ..	120

IX. QUADROS SINÓTICOS

X. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

1. Súmulas	134
2. Jurisprudência	134

Capítulo 2 DIREITO SOCIETÁRIO

I. INTRODUÇÃO

1. A formação da sociedade	145
2. A sociedade como espécie de pessoa jurídica	147

II. CLASSIFICAÇÕES DAS SOCIEDADES...

1. Quanto à liberdade de constituição e de funcionamento	148
2. Quanto à nacionalidade	149
3. Quanto à personalidade jurídica	150
4. Em razão do número de sócios	150
5. Em razão da natureza jurídica	151
6. Em relação à responsabilidade dos sócios	152
7. Em relação ao ato de constituição	152
8. Em relação ao objeto social	153
9. Em razão do modo de exercer suas atividades	153
10. Em razão da titularidade do capital social	157

III. SOCIEDADES PERSONIFICADAS

1. Sociedade simples	158
1.1. Contrato social	158
1.2. Direitos e obrigações dos sócios	163
1.3. Administração	164
2. Sociedade em nome coletivo	166
3. Sociedade em comandita simples	168
4. Sociedade limitada	170
4.1. Introdução	170
4.2. Legislação aplicável	171
4.3. Sociedade de pessoas ou sociedade de capitais	172

4.4. Contrato social	173	V. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS	247
4.5. O capital social	173	1. Transformação.....	248
4.6. Prestações acessórias.....	174	2. Incorporação	248
4.7. As quotas.....	176	3. Fusão	249
4.8. Administração	179	4. Cisão.....	249
4.9. Distribuição dos resultados	182	VI. GRUPOS DE SOCIEDADES:	
4.10. Conselho Fiscal.....	182	COLIGAÇÃO E CONTROLE	250
4.11. Assembleia-Geral e Reunião de		VII. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E	
sócios	184	EXTINÇÃO DAS SOCIEDADES	255
4.12. Direito de retirada.....	186	1. Distinções prévias	255
4.13. Exclusão de sócio	187	2. Dissolução	255
5. Sociedade limitada unipessoal	190	2.1. A dissolução irregular.....	258
5.1. Ato constitutivo	191	2.2. Dissolução parcial.....	259
5.2. Composição do nome empresarial	191	3. Liquidação	262
5.3. Responsabilidade do sócio único ..	192	4. Extinção.....	264
6. Sociedades por ações.....	192	VIII. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E	
6.1. Comandita por ações	192	EXTINÇÃO DAS SOCIEDADES POR	
6.2. Sociedade anônima.....	194	AÇÕES.....	265
6.2.1. Introdução	194	1. Dissolução	265
6.2.2. Aspectos gerais da		1.1. Dissolução parcial.....	265
sociedade anônima.....	194	2. Liquidação	267
6.2.3. Companhias abertas e		3. Extinção.....	269
fechadas.....	196	IX. A DESCONSIDERAÇÃO DA	
6.2.4. O Mercado de Capitais		PERSONALIDADE JURÍDICA	269
e a Comissão de Valores		X. QUADROS SINÓTICOS.....	277
Mobiliários.....	196	XI. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	300
6.2.5. A constituição da			
sociedade anônima.....	198		
6.2.6. Capital social.....	201		
6.2.7. Títulos emitidos pela			
companhia	203		
6.2.8. O acionista	216		
6.2.9. Órgãos sociais	222		
6.2.10. Livros sociais	238		
6.2.11. Reservas e dividendos ...	239		
IV. SOCIEDADES NÃO			
PERSONIFICADAS.....	241		
1. Sociedade em comum.....	241		
2. Sociedade em conta de participação			
(SCP)	243		

Capítulo 3 TÍTULOS DE CRÉDITO

I. INTRODUÇÃO.....	311
1. Conceito	313
2. Princípios do Direito Cambiário	313
2.1. Princípio da cartularidade (ou	
da incorporação)	313
2.2. Princípio da literalidade	314
2.3. Princípio da autonomia	315
3. Classificações dos títulos de crédito....	316
3.1. Quanto à forma de circulação	316

3.2. Quanto ao modelo	316	2. Estrutura	346
3.3. Quanto à estrutura	317	3. A duplicata escritural	347
3.4. Quanto à hipótese de emissão...	317	4. Jurisprudência sobre a emissão de duplicata.....	351
4. Títulos de crédito e o Código Civil	317	5. Remessa e devolução.....	353
5. Títulos de crédito virtuais, eletrônicos ou escriturais – desmaterialização e princípios cambiais.....	319	5.1. Aceite	353
II. LETRA DE CÂMBIO	320	5.2. A recusa da devolução da duplicata.....	354
1. Origens	320	6. Triplicata.....	354
2. Legislação aplicável	321	7. Vencimento e pagamento	354
3. Saque	322	8. Aval.....	356
4. Aceite	324	9. Protesto.....	356
5. Endosso	325	9.1. Protesto por indicação	356
5.1. Modalidades	326	9.2. Intimação do protesto.....	357
6. Aval.....	328	9.3. Sustação, cancelamento, averbação e suspensão do protesto.....	357
7. Pagamento	329	9.4. Juros e correção monetária.....	358
8. Protesto.....	330	10. Prescrição.....	358
9. Ação cambial	332	VI. TÍTULOS DE CRÉDITO IMPRÓPRIOS	359
III. NOTA PROMISSÓRIA	332	VII. TÍTULOS DE CRÉDITO REPRESENTATIVOS.....	360
1. Requisitos formais.....	333	1. Conhecimento de depósito e <i>warrant</i> .	360
2. Vencimento. Protesto. Prescrição	334	1.1. Qualificação.....	361
3. Execução	335	1.2. Requisitos.....	361
4. Nota promissória vinculada a contrato	335	1.3. Circulação. Endosso.....	362
5. Emissão por mandatário	336	1.4. Liberação da mercadoria.....	364
6. Notas comerciais – <i>commercial papers</i> .	336	2. Certificado de depósito agropecuário e <i>warrant</i> agropecuário	364
IV. CHEQUE	338	2.1. Qualificação.....	365
1. Conceito	338	2.2. Requisitos.....	366
2. Modalidades	339	2.3. Registro	367
3. Aval.....	340	2.4. Endosso	367
4. Apresentação, pagamento e prescrição.....	340	2.5. Aval.....	368
4.1. Recusa de pagamento	341	2.6. Protesto.....	368
4.2. Ação cambiária.....	342	2.7. Retirada do produto ou transferência de propriedade.....	368
4.3. Ação monitória.....	342	2.8. Aspectos penais da emissão irregular dos títulos.....	368
5. O cheque pós-datado.....	343	VIII. TÍTULOS DE FINANCIAMENTO	369
6. Sustação	344		
V. DUPLICATA	345		
1. Origem	345		

4.1.7. Regras de jogo	433	7.4. Relações entre os trabalhadores autônomos, os estagiários e as empresas.....	445
4.1.8. Técnicas cirúrgicas, métodos terapêuticos ou de diagnóstico	433	7.5. Relações entre a Administração Pública e os seus servidores.....	446
4.1.9. Seres vivos e materiais biológicos.....	433	8. Extinção da patente de invenção	446
4.2. Invenções e modelos não patenteáveis.....	434	III. SINAIS DISTINTIVOS: TIPOS E REGIME JURÍDICO.....	447
4.2.1. Contrários à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde pública.....	434	IV. DESENHOS INDUSTRIAIS	448
4.2.2. Referentes ao uso da energia atômica	434	1. Titularidade	448
4.2.3. Seres vivos e micro-organismos	434	2. Registro	449
5. Da titularidade e do registro	434	3. Vigência do registro.....	450
5.1. Da titularidade	434	4. Extinção do registro	450
5.2. Processamento do registro	435	V. MARCAS	451
5.3. Vigência da patente.....	436	1. Conceitos.....	451
5.4. Proteção conferida pela patente	436	2. Classificações	452
5.5. Nulidade da patente.....	437	3. Registro da marca.....	455
6. Transferência de privilégios de invenção. Licenças. Desapropriação. A invenção de interesse da segurança nacional.....	438	4. Efeitos do registro	456
6.1. Transferência de privilégio de invenção (cessão convencional).	438	5. Proibições de registro.....	457
6.2. Oferta de licença. Licença de exploração (voluntária)	439	6. Nulidade do registro.....	461
6.3. Licença compulsória.....	440	7. Cessão convencional	461
6.4. Desapropriação	442	8. Perda do direito sobre a marca	461
6.5. Invenção de interesse da segurança nacional.....	443	VI. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS.....	462
6.6. Retribuição anual	443	VII. CONCORRÊNCIA DESLEAL.....	463
7. Invento e contrato de trabalho	443	1. Elementos essenciais	463
7.1. Pertencem exclusivamente ao empregador.....	444	2. Crimes	467
7.2. Pertence exclusivamente ao empregado.....	445	2.1. Publicar afirmação falsa	467
7.3. Propriedade comum	445	2.2. Divulgar informação falsa.....	468
		2.3. Empregar meio fraudulento para desviar clientela	468
		2.4. Usar expressão ou sinal de propaganda alheios.....	469
		2.5. Usar nome comercial, título de estabelecimento ou insígnia alheios.....	470
		2.6. Substituir, pelo seu, o nome ou a razão social de outrem	472
		2.7. Falsa atribuição de recompensa.	473
		2.8. Fraude em embalagens alheias..	473
		2.9. Suborno ativo de empregado.....	473

2.10. Suborno passivo de empregado.	474	2.13. <i>Smart Contracts</i> (contratos inteligentes)	517
2.11. Violação de segredo obtido mediante relação contratual ou empregatícia	474	2.14. Novas figuras contratuais.....	519
2.12. Violação de segredo obtido mediante fraude.....	475	2.15. Uniformização internacional dos contratos.....	519
2.13. Falsa atribuição de patente	476	2.16. Vícios ou defeitos na formação do contrato. A lesão	521
2.14. Divulgar ou explorar, sem autorização, resultados de testes.....	476	3. Classificação dos contratos	525
VIII. QUADROS SINÓTICOS	477	3.1. Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais	525
IX. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	486	3.2. Contratos consensuais e reais....	526
		3.3. Contratos típicos e atípicos	527
		3.4. Contratos solenes e não solenes (formais e informais)	528
		3.5. Contratos onerosos e gratuitos ..	528
		3.6. Contratos comutativos e aleatórios	528
		3.7. Contratos principais e acessórios.....	529
		3.8. Contratos de execução instantânea, diferida e sucessiva	529
		3.9. Contratos de adesão	530
		4. Interpretação e prova dos contratos....	530
		4.1. Interpretação	531
		4.2. Integração	533
		4.3. Prova	533
		III. CONTRATOS EM ESPÉCIE	534
		1. Compra e venda	534
		1.1. Conceito	534
		1.2. Elementos essenciais	535
		1.2.1. Coisa	535
		1.2.2. Preço.....	536
		1.2.3. Consentimento	537
		1.3. Direitos e obrigações das partes	538
		1.3.1. Obrigações do vendedor	539
		1.3.2. Obrigações do comprador	542
		1.4. Modalidades específicas	543
		1.4.1. Retrovenda	543

Capítulo 5 CONTRATOS EMPRESARIAIS

I. INTRODUÇÃO	496
II. PARTE GERAL	497
1. Evolução do contrato	498
1.1. Concepção clássica de contrato .	498
1.2. Concepções modernas	499
1.3. Função social do contrato	501
1.4. Tipicidade legal e social.....	502
2. Formação dos contratos. Modalidades de contratação	503
2.1. Requisitos do contrato: capacidade e legitimação	503
2.2. Oferta e aceitação	504
2.3. Relações contratuais de fato	506
2.4. Contratos entre presentes e entre ausentes	507
2.5. Oferta ao público	508
2.6. Contratos obrigatórios (dever de contratar)	509
2.7. Contrato de adesão.....	510
2.8. Contrato preliminar.....	511
2.9. Contratos a favor de terceiro	512
2.10. Contratos com pessoa a declarar	512
2.11. Comércio eletrônico.....	513
2.12. Contratos eletrônicos.....	514

1.4.2. Compra e venda sob amostras	544	5.4.2. Leasing operacional	566
1.4.3. Compra e venda condicional (a contento e sujeita a prova)	544	5.5. Regime jurídico	566
1.4.4. Contrato de fornecimento	545	5.5.1. Sujeitos do contrato.....	566
1.4.5. Vendas públicas	545	5.5.2. Objeto do contrato	567
1.4.6. Vendas internacionais (vendas sobre documentos).....	546	5.5.3. Cláusulas obrigatórias....	567
1.4.7. Preferência ou preempção.....	546	5.5.4. Cláusulas facultativas e outras disposições	573
2. Contrato estimatório (consignação).....	546	5.5.5. Inadimplemento e mora	573
2.1. Conceito	546	5.5.6. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor ..	577
2.2. Natureza jurídica	547	6. Depósitos. Armazéns Gerais.....	578
2.3. Elementos	548	6.1. Conceito	578
3. Distribuição (concessão comercial).....	548	6.2. Qualificação jurídica	578
3.1. Conceito de distribuição	548	6.3. Objeto do contrato.....	579
3.2. Contrato de distribuição.....	549	6.4. Classificação	579
3.3. Concessão de venda de veículos automotores terrestres	551	6.4.1. Voluntário e necessário .	579
4. Locação comercial	553	6.4.2. Regular e irregular	579
4.1. Conceito	553	6.5. Obrigações das partes	580
4.2. Requisitos da renovação compulsória da locação.....	554	6.6. Extinção do contrato	581
4.3. Casos em que não cabe a renovação compulsória	555	6.7. Depósito em armazéns-gerais e em armazéns agropecuários	581
4.4. Revisão de aluguel.....	556	7. Depósito bancário	584
4.5. Cláusulas nulas	556	7.1. Conceito	584
4.6. Locação em <i>shopping center</i>	556	7.2. Depósito bancário e mútuo.....	584
4.7. Locação e contratos <i>built to suit</i>	557	7.3. Características	584
5. <i>Leasing</i> (arrendamento mercantil).....	559	8. Conta corrente e conta corrente bancária.....	585
5.1. Origem	559	8.1. Contratos de conta corrente	585
5.2. Mecanismo operacional, utilidade e função	561	8.2. Características	585
5.3. Natureza jurídica	561	8.3. Contas bancárias	586
5.4. Modalidades específicas	564	9. Penhor	586
5.4.1. <i>Leasing</i> financeiro, <i>lease-back</i> e <i>leasing</i> residencial.....	565	9.1. Conceito	586
		9.2. Direitos e obrigações das partes	587
		9.3. Modalidades específicas	588
		9.4. Extinção do contrato	590
		10. Alienação fiduciária em garantia	591
		10.1. Conceito e origens.....	591
		10.2. Características	592

4.2. Comitê de Credores.....	716	9. Recuperação judicial das microempresas e empresas de pequeno porte (ou recuperação judicial especial).....	759
4.3. Assembleia-geral de credores	717	10. Convolução da recuperação judicial em falência.....	761
4.3.1. Voto	718	V. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL	762
4.3.2. Composição	719	1. Introdução.....	762
4.3.3. Quórum de deliberação.	719	2. Requisitos.....	763
5. Conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial	720	3. O plano de recuperação extrajudicial ..	763
IV. RECUPERAÇÃO JUDICIAL	721	4. Modalidades de recuperação extrajudicial.....	764
1. Introdução.....	721	5. Procedimento.....	765
2. Legitimidade ativa	722	6. Efeitos da homologação	765
2.1. O empresário rural	723	VI. FALÊNCIA.....	766
2.2. Grupos societários	724	1. Introdução.....	766
2.2.1. Consolidação processual	724	2. Fase preliminar ou declaratória da falência	767
2.2.2. Consolidação substancial	725	2.1. Pressupostos do estado falimentar.....	767
3. Créditos abrangidos e créditos excluídos	726	2.2. Quem pode pedir a falência do devedor?	769
3.1. Créditos abrangidos	726	2.3. As causas do pedido de falência	773
3.2. Créditos excluídos	727	2.3.1. Impontualidade	773
4. O pedido de recuperação judicial	728	2.3.2. Atos de falência	775
5. O processamento do pedido de recuperação	731	2.4. Onde se pede falência (foro competente).....	777
5.1. Recorribilidade da decisão que defere o processamento da recuperação judicial	738	2.5. O juízo da falência	777
6. O plano de recuperação judicial.....	739	3. A sentença judicial da falência	778
7. Meios de recuperação.....	741	3.1. Recursos contra a sentença.....	780
8. Procedimento de recuperação judicial.	745	3.2. Sentença denegatória da falência	780
8.1. A exigência de certidão de regularidade fiscal.....	748	4. Efeitos da sentença que decreta a falência	780
8.2. A concessão da recuperação judicial	752	4.1. Efeitos em relação aos credores do falido	780
8.2.1. Efeitos da concessão.....	753	4.2. Efeitos em relação à pessoa e aos bens do falido e seus administradores	782
8.3. Encerramento do processo de recuperação judicial	758	4.3. Efeitos em relação às obrigações do falido.....	785
8.4. O financiamento do devedor e do grupo devedor durante a recuperação judicial	758	4.3.1. Compra e venda.....	787

4.3.2. Contrato de locação.....	788	5.2. Verificação e habilitação dos créditos	795
4.3.3. Obrigações no âmbito do sistema financeiro nacional	788	5.3. Realização do ativo.....	796
4.3.4. Patrimônios de afetação	789	5.4. Pagamento dos credores – a classificação dos créditos	799
4.3.5. Mandato	789	5.5. O crédito tributário	800
4.3.6. Contas correntes.....	790	6. Fase pós-falimentar: a extinção das obrigações do falido.....	801
5. Arrecadação, realização do ativo e pagamento do passivo	790	VII. INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL.....	803
5.1. Arrecadação	790	VIII. QUADROS SINÓTICOS	806
5.1.1. Ação revocatória.....	792	IX. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	821
5.1.2. Ação de restituição	792	1. Súmulas.....	821
5.1.3. Embargos de terceiro.....	795	2. Jurisprudência	821
		BIBLIOGRAFIA.....	841